ISSN: 2358-8829

O Desafio do Registro: O Caminho da Avaliação em uma Creche de Campina Grande

Jaqueline Feliciano Gomes [1]

INTRODUÇÃO

Todo ato humano, é precedido de um ato avaliativo consciente e intencional ou baseadas no senso comum e no dia a dia. As avaliações que fazemos de modo intencional nos dão suporte para encontrar soluções essenciais para nós individualmente ou de modo coletivo. Já as avaliações baseadas no senso comum "nos permitem viver no cotidiano da melhor forma que podemos." (Luckesi, 2022). Para qualificar a realidade que nos cerca precisamos estar em uma posição positiva ou negativa em relação ao objeto investigado. Não podemos utilizar a neutralidade no ato avaliativo.

Avaliar a aprendizagem tem o sentido de averiguar a qualidade dos conhecimentos adquiridos dos estudantes através dos conteúdos curriculares ou planos de aula/ensino que os professores ministram.

Na Educação Infantil a avaliação é feita pelo acompanhamento do desenvolvimento de cada criança através de registros de diferentes formas e não serve para a promoção da criança para o ensino fundamental. (LDBN, 1996).

Diante disso o presente estudo tem como objetivo identificar os conceitos de avaliação e os marcos legais da legislação brasileira que dá o suporte para a avaliação da/na Educação infantil e relatar uma experiência de registro pedagógico evidenciando os desafios e como é feita a escrita dos relatórios de aprendizagem.

Para esta análise utilizamos como metodologia a análise documental e bibliográfica que segundo Severino (2008, p. 140) "é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc." Esse tipo de pesquisa utiliza categorias teóricas e dados já elaborados por outros autores.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba (PPGFP). Professora Efetiva da Prefeitura Municipal de Campina Grande; Graduada em Pedagogia pela UFPB. Email: jaquelinefeliciano10@gmail.com

ISSN: 2358-8829

De acordo com esta perspectiva este estudo pauta-se principalmente nos estudos de Luckesi (2022), Sousa (2018) entre outros. Também fizemos um levantamento dos documentos oficiais que dispõem sobre a avaliação e a educação infantil, tais como: Base Nacional Comum curricular (2018), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998), o Plano Nacional de Educação entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ato avaliativo é próprio do ser humano e compõe os modos de conhecer a realidade de cada um, pois para conhecer é preciso saber dos fatos que posteriormente será analisado através de valores e em seguida leva a escolhas de práticas e tomadas de decisões que levam a investigar a qualidade da realidade escolhida.

O ato avaliativo é básico de toda ação porque ele precede a todo e qualquer ato humano de escolher; qualificando a realidade em satisfatória ou insatisfatória. (Luckesi, 2022, p.55).

Para Luckesi (2022) no processo do ato de avaliar, seja no âmbito pessoal ou profissional (prática educativa) há três passos a serem seguidos: Primeiro (p. 47) é “definir o objeto da investigação avaliativa” - que visa delimitar e identificar as variáveis na coleta de dados; segundo é (p.49) coletar os dados necessários” para descrever o objeto a ser estudado e por último, é “atribuir qualidade à realidade descrita” (p.52) - qualidade que se revela na comparação de uma realidade descrita com um padrão tido como satisfatório.

Não existe, dessa forma, ato humano, simples ou complexo, que não seja precedido por um ato avaliativo, ocorra ele de modo intencional e consciente ou de modo comum e habitual. Como também não existe nada que nos cerque que não seja objeto de um juízo axiológico (avaliativo) de nossa parte. A tudo aquilo que nos cerca - seja pela via do senso comum, seja pela via da investigação intencional variando entre o positivo e o negativo. atribuímos uma qualidade à realidade que nos cerca, variando entre o positivo e o negativo. (Luckesi, 2022, p. 27).

Avaliar não se constitui somente como uma técnica a ser executada, mas implica em um posicionamento político e ético visando a transformação intencional e busca por uma melhoria contínua da realidade. A avaliação gera expectativas de qualidade e

mudanças de atitudes dos indivíduos envolvidos no processo. Essa qualidade e mudanças tem como referência intrínseca a visão de quem avalia, ou seja, avaliar também é sinônimo de poder.

A avaliação tem um poder intrínseco, ou seja, as finalidades e contornos assumidos pela atividade avaliativa trazem inerentes expectativas de qualidade que tendem a condicionar comportamentos dos que estão envolvidos no processo.

A avaliação da aprendizagem incide sobre a qualidade e desempenho do que o aluno, individualmente, em sua trajetória aprendeu na sala de aula. Ela entra como auxiliar do educador para alcançar e orientar na construção de resultados que estejam de acordo com o currículo estabelecido e com os objetivos desejados em seu planejamento de ensino – plano de aula.

A avaliação da aprendizagem dos alunos durante o ano letivo, geralmente a cada bimestre é um ato que leva a avaliar a qualidade do aprendizado e consequentemente também do ensino, pois dependendo do resultado o professor implicará decisão de qual decisão precisa ser tomada. A nota de uma prova não significa que houve avaliação, mas uma forma de registrar que o professor acompanhou de alguma forma o aprendizado do aluno seguindo uma escala quantitativa de zero a dez. Esses números podem levar a uma aprovação ou reprovação do aluno em uma sala ou disciplina.

O professor tem a responsabilidade de criar condições para a aprendizagem satisfatória do aluno e também a de investigar a qualidade dos resultados do processo de ensinar e aprender. Caso a aprendizagem tenha um resultado insatisfatório, o professor poderá tomar decisões que auxilie o aluno a obter um resultado satisfatório. Se o aluno já obteve a satisfatoriedade nos resultados cabe ao professor decidir se passa para o próximo conteúdo ou se aprofundar nos conhecimentos já adquiridos.

A avaliação da aprendizagem está situada dentro do campo da investigação da qualidade do processo de ensino aprendizagem do aluno. Os resultados dessa investigação devem levar a novas tomadas de decisão visando a garantia de adquirir o resultado esperado.

Desde a década de 1990 o governo federal criou um Sistema de Avaliação da Educação básica, dentre eles está o Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que se constitui como sendo

> "(…) um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem

> interferir no desempenho do estudante. Por meio de testes e questionários, aplicados a cada dois anos na rede pública e em uma amostra da rede privada, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelos estudantes avaliados, explicando esses resultados a partir de uma série de informações contextuais." (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira, 2024).

O Índice de Desenvolvimento da Educação básica é composto pelas médias de desempenho que são computadas no SAEB, em conjunto com as taxas de reprovação, aprovação e evasão escolar que são informadas no Censo escolar.

O SAEB engloba a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Escolar do Rendimento Escolar (Prova Brasil); para avaliar os alunos que estão terminando o ensino médio foi criado o Exame Nacional do Ensino médio (ENEM) em 1998, mas que a partir do ano de 2009 começou a ser utilizado por Universidades brasileiras como forma de ingresso nas instituições públicas.

Esse sistema de avaliação, SAEB, não engloba a educação infantil, mesmo esta, desde a LDB, integrando a Educação Básica em creches e pré-escolas. Para a Educação Infantil existem os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil de 2006. Este documento tem o objetivo "(…) de estabelecer padrões de referência orientadores para o sistema educacional no que se refere à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil (…)."

A Educação Infantil é uma etapa da educação básica e compreende o atendimento às crianças de 0 a 5 anos (A partir da Lei 12. 796/2013), dividida em modalidades: creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que se constituem em estabelecimentos educacionais públicos e privados com objetivo de cuidar e educar crianças em jornada integral, nos casos das creches, ou parcial, no caso das pré-escolas, são regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino.

Pela Constituição Federal de 1988 e pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006 é instituído que a Educação Infantil é competência dos municípios em colaboração os estados e a União. Na Emenda Constitucional nº 59 de 2009 garante a gratuidade e amplia a obrigatoriedade do atendimento das crianças de quatro a dezessete anos. Anteriormente a obrigatoriedade era a partir dos seis anos.

Pela Lei nº 9.394/96. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Lei esta que destina somente três artigos para tal etapa de ensino, a Educação Infantil. Em seu Art. 29 dispõe sobre sua finalidade que é o desenvolvimento integral da criança até

cinco anos de idade, em seus aspectos físico, Intelectual, psicológico e social em complementação a ação familiar e da comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN, 1996) inclui a avaliação educacional como inerente ao sistema educacional e indica no art. 31 que na Educação Infantil ela será feita "mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental" e que deve haver "expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança." (Lei nº 12.796 de 2013, inciso V). No art. 62 da LDBN exige que os profissionais que atuem nessa etapa tenham formação em nível superior, em cursos de licenciaturas e admite a formação em nível médio na modalidade Normal.

Para as creches e pré-escolas a documentação que fala no art. 31 da LDBN, deve ser feita de forma que o planejamento avaliativo contemple o acompanhamento do trabalho pedagógico e a avaliação do desenvolvimento das crianças, ou seja, o processo de ensino aprendizagem da instituição. Os registros devem variar entre fotografia, diálogos, gravações de fala, trabalhos das crianças, escritas etc.

É anotado o que se observa na prática do desenvolvimento das atividades pelas crianças, suas interações, iniciativas e desenvolvimento nas mesmas. Através da observação que podemos propor, a partir dos objetivos que se deseja alcançar, novas vivências, atividades e novos rumos do processo de ensino-aprendizagem.

Fica evidente que a avaliação dessa etapa não pode ser usada com o intuito de promover ou reter a criança para a próxima etapa de ensino, o Ensino Fundamental, e necessita da perspectiva dos avanços construídos pelas crianças nos diversos campos de aprendizagem.

A avaliação é um elemento que contribui para expandir a compreensão de como se dá a realidade da Educação Infantil no Brasil na medida em que se analisa as noções de qualidade sugeridas para essa etapa da educação em nosso país.

No Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) a avaliação se constitui "como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças." (p. 59) E tem como objetivo principal direcionar o processo de ensino aprendizagem de um modo geral, de forma que o professor consiga identificar em quais pontos precisa melhorar e fazer um direcionamento da prática. Neste documento

também dispõe sobre permitir que a criança faça o acompanhamento de seus avanços e dificuldades através das ações de feedback da aprendizagem contextualizadas dos professores para os alunos e estabelece a observação e o registro como principais instrumentos de apoio da prática pedagógica.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa de carácter analítico descritiva sobre o registro de avaliação em uma turma de Maternal 1. A experiência ocorreu em uma creche municipal de Campina Grande- PB durante o primeiro semestre de 2026. O principal material utilizado é o documental através de relatórios de aprendizagem e anotações da professora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisamos dois relatórios avaliativos do primeiro semestre do ano de 2026, ambos se estruturam em seis parágrafos com a temática de adaptação, linguagem, movimento e participação nas atividades propostas. Nesses relatórios há uma predominância de análise dos traços de cada criança e não do progresso no percurso que elas avançaram; não tem data e nem transcrição de fala das mesmas.

De acordo com a análise feita, os relatórios foram produzidos para a finalização do semestre, necessitando de mais dados para se ter um efetivo acompanhamento de cada criança da sala. Há um padrão de escrita nos dois relatórios, tendo pouca mudança entre os dois; não há registro do processo de evolução de cada criança. A partir disso supomos que isso acontece devido a falta de tempo das docentes e número de alunos em cada sala.

A superação desse padrão pode ser feita com o registro do processo com data, fala das crianças, situações ocorridas e seus contextos, além do que foi observado e como foi interpretado. Um registro mais amplo feito durante todo o semestre e não só para o seu fechamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso texto apresentamos as concepções de avaliação para o ser humano de um modo geral que se constitui como a ação de qualificar algo como bom ou ruim, positivo ou negativo e que a todo momento estamos avaliando algo em nosso cotidiano. Também apresentamos com o se dá a avaliação da aprendizagem e um breve resumo sobre a avaliação na Educação Infantil nos principais documentos normativos brasileiros e constatamos que ainda falta uma ampliação dos estudos nessa etapa de ensino.

O ato de avaliar uma criança é muito complexo, pois envolve um olhar atento sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança utilizando uma variedade de instrumentos que contemplem os indivíduos, seus avanços e dificuldades para assim buscar soluções de como auxiliá-lo da melhor maneira no ambiente da instituição escolar.

Acreditamos que o caminho percorrido no processo avaliativo na Educação Infantil perpassa não somente por uma diversidade de manifestações da criança, como também por todas as variáveis que o âmbito da unidade educacional contempla no contexto em que os sujeitos estão inseridos.

O registro avaliativo através dos relatórios pedagógicos é também um instrumento de trabalho. O desafio maior é encontrar tempo para realizar esses registros diante de uma rotina diária com tanta demanda pedagógica e de cuidado. Também necessitamos de mais formação sobre como avaliar, o que observar e quais critérios utilizar sem julgar cada criança para descrever o percurso e não o perfil de cada uma.

Há ainda muito o que melhorar tanto na oferta de vagas na Educação Infantil, quanto na qualificação dos profissionais que atuam nessa etapa de educação e também na forma de avaliar as crianças. Estas precisam de uma educação respeitosa que não leve em consideração a economia de mercado e que não sejam alfabetizadas antes do momento para garantir dados positivos nas provas de grande escala.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de1996. Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** https://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684 resolucoes-ceb-2009 Acesso em 01/07/202

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2010.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** (INEP), 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb Acesso em 04/07/2025

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Sinopse Estatística da Educação Básica 2024. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 09/07/2025

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 25/07/2025

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação** [livro eletrônico]: questões epistemológicas e práticas- São Paulo, Cortez, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.